

Boicote coube a líderes na Câmara

Foram as lideranças dos partidos na Câmara dos Deputados que boicotaram a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) requerida em 1991 para apurar irregularidades na Comissão de Orçamento do Congresso. Mesmo tendo recebido ofício do então presidente do Senado, Mauro Benevides (PMDB-CE), no início de novembro de 1991, o presidente da Câmara na época, deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), não se empenhou em cobrar dos líderes a indicação dos integrantes da CPI. O próprio presidente da CPI, Jarbas Passarinho, passou a concordar com esse diagnóstico.

O Senado indicou todos os seus integrantes em tempo hábil — ao contrário do que disse Ibsen Pinheiro, em depoimento à atual CPI do Orçamento, de que não havia nem senadores nem funcionários para dar andamento aos trabalhos da Comissão. Documentos requisitados pelo presidente da CPI do Orçamento, comprovam que não houve boicote por parte do Senado e, sim, da Câmara dos Deputados.

Passarinho requisitou a ata da reunião conjunta das Mesas Diretoras da Câmara e do Senado,

realizada em 11 de maio de 1992, e que selou o destino da CPI do Orçamento da época.

Com a ata da reunião conjunta na mão e com os ofícios de todos os líderes dos partidos no Senado, indicando os seus representantes na CPI requisitada pelo deputado Jaques Wagner (PT-BA) e pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), Passarinho inocentou o presidente do Senado na época, Mauro Benevides (PMDB-CE), de qualquer responsabilidade pelo arquivamento da CPI.

Responsabilidade — Ibsen, ao depor na CPI do Orçamento, na quinta-feira, jogou a culpa pelo arquivamento da Comissão nas costas de Benevides. O deputado argumentou que, como presidente da Câmara, não poderia participar de decisões que só diziam respeito à Mesa do Congresso. Acontece que Ibsen Pinheiro foi o primeiro a assinar a ata da reunião conjunta da Câmara e do Senado do dia 11 de maio. Nesta, Ibsen sugeriu o arquivamento das CPIs cujos requerimentos haviam sido aprovados. A do Orçamento foi avocada pela presidência do Senado, por ser de sua competência. Benevides nem será chamado a depor para dar as explica-

ções sobre o arquivamento da CPI de 1991.

“Já tenho informe de que os líderes na Câmara demoraram muito a indicar os participantes da CPI”, disse ontem o senador Jarbas Passarinho, logo após verificar nos computadores do Senado os dados referentes à Comissão pedida e o seu arquivamento. Diversos líderes dos partidos na época estão hoje sendo investigados pela CPI atual, como participantes do esquema de corrupção na Comissão de Orçamento. Entre eles estão Genebaldo Correia (BA), do PMDB; José Luiz Maia (PI), do PPR; Gastone Righi (SP), do PTB; e Ricardo Fiúza (PE), do PFL.

De acordo com Passarinho, diante a demora dos líderes da Câmara em dedicar os participantes da CPI da época, só restou à Mesa do Senado o arquivamento do pedido, feito em 16 de novembro de 1991. É o que estabelece o artigo 76 do Regimento Interno do Senado. Passados seis meses da aprovação do pedido de abertura de uma CPI, e não está instalada, arquiva-se. A CPI foi formalmente arquivada no dia 10 de junho de 1992 pela Mesa do Congresso.